Cadernos Espinosanos

ESTUDOS SOBRE O SÉCULO XVII

n. 33 jul-dez 2015 ISSN 1413-6651

IMAGEM azulejo barroco da freguesia de São Vicente da cidade de Braga, a “Cidade Barroca” situada no Norte de Portugal, sendo a cidade mais antiga de Portugal com mais de 2500 anos. Durante o século XVIII o arquiteto André Soares transformou a cidade de Braga no Ex-Libris do Barroco em Portugal.

FINALISMO E SUPERSTIÇÃO EM ESPINOSA: A FALSI- DADE DA LIBERDADE CAUSAL DA MENTE

Pedro Luiz Stevolo

Graduado, Universidade de São Paulo, São Paulo, Brasil

pedro.stevolo@gmail.com

RESUMO: O presente trabalho pretende investigar como a noção de superstição apresentada por Espinosa no Apêndice da Ética I tem sua gênese no fato dos homens julgarem livre sua capacidade de imaginar e desejar e, deste modo, ignorarem que estas também possuem causas que independem da vontade de um Deus criador. Para tal, iniciaremos nossa análise apresentando, a partir do Apêndice da Ética I, como os preconceitos que impedem a compreensão de Deus podem ser resumidos a um só, a saber, o preconceito finalista. Em seguida, explanaremos a tese espinosana de como o preconceito finalista se transforma em superstição, que tem como causa o medo que se origina nos amores imoderados dos homens pelos bens da fortuna. Finalmente, a partir de algumas passagens da parte II da Ética evidenciaremos como essas ideias derivam do equívoco dos homens em julgar livre sua capacidade de imaginar, ignorantes das causas que naturalmente os determinam.

PALAVRAS-CHAVE: finalismo, superstição, imaginação, liberdade, desejo, causa.

I. PRECONCEITO E FINALISMO

A *Ética* de Bento de Espinosa (1632-1677), publicada em 1677, após sua morte, é resultado de sua produção filosófica desenvolvida ao longo da vida. Síntese de seu pensamento ontológico, antropológico e ético é escrita segundo a ordem geométrica ¹, não para glorificar um Deus transcendente, mas, pelo contrário, para expressar a unidade do mundo e os poderes do homem na construção de sua própria liberdade e alegria. De tal modo que inicia a *Ética* tratando de Deus e a finaliza ao tratar da potência do intelecto ou a liberdade humana.

Entretanto, supondo as dificuldades de compreensão de suas teses acerca de Deus, Espinosa acrescenta ao final da *Ética* I um Apêndice com o objetivo de afastar os preconceitos que dificultariam o entendimento de suas ideias.

Espinosa inicia o apêndice apresentando uma síntese das teses acerca de Deus, sobre o qual diz

“(...) que existe necessariamente; que é único; que existe e age exclusivamente pela necessidade de sua natureza; que (e de que modo) é causa livre de todas as coisas; que todas as coisas existem em Deus e dele dependem de tal maneira que não podem existir nem ser concebidas sem ele; que, enfim, todas as coisas foram determinadas por Deus, não certamente pela liberdade de sua vontade, ou seja, por seu absoluto beneplácito, mas por sua natureza absoluta, ou seja, por sua infinita potência.” (ESPINOSA, 2009, p. 41)

1 Ou seja, escrita a partir de definições, axiomas, proposições, demonstrações, escólios e corolários, de modo que, seus conceitos sejam demonstrados e deduzidos da maneira mais clara possível.

O Deus espinosano é único, existe necessariamente, sem ele nada pode existir nem ser concebido, é causa livre e necessária de todas as coisas que existem no mundo. Ao contrário da tradição, Deus é causa imanente, o que significa dizer que tem modos que existem na dimensão concreta e material da realidade, de modo que o chamará de Substância ou Natureza. Feito isso, Espinosa passa a tratar do preconceito.

Em suma, um preconceito é uma noção prévia, uma operação injustificada, sofre de uma parcialidade e é uma consequência sem premissa. Deste modo, segundo Espinosa, todos os preconceitos são redutíveis a um único, a saber:

“(...) que os homens *pressupõem*, em geral, que *todas as coisas* naturais agem, tal como eles próprios, *em função de um fim*, chegando até mesmo a dar como assentado que o *próprio Deus* dirige todas as coisas tendo em *vista algum fim preciso*, pois dizem que Deus fez todas as *coisas em função do homem*, e fez o homem, por sua vez, para que este *lhe prestasse culto*.” (ESPINOSA, 2009, p. 41) (*grifos nossos*)

Os preconceitos podem ser resumidos ao preconceito finalista, pois os homens pressupõem que as coisas, como eles, *agem em vista de fins*, e *pressupõem* também que Deus, criador e transcendente, fez as coisas do mundo para o homem para que este lhe prestasse culto. Deste modo, como os homens desconhecem todas as relações causais do mundo, devido a sua ignorância, atribuem a ele uma vontade que visa fins, como causa insondável para completar essa relação. Assim, Espinosa estabelece um fundamento do qual seja deduzido o finalismo, conhecido e comum a todos os homens: “(...) que todos os homens nascem ignorantes das causas das coisas e todos tendem (*appetitum*) a buscar o que lhes é útil, estando conscientes disso” (SPINOZA, 2009, EI, Ap.).

O fundamento do qual Espinosa deduz o finalismo estabelece que é natural os homens nascerem ignorantes das causas e apeterem (*appetitum*) o que lhes é útil. Tomando a segunda assertiva apresentada, é-lhes útil completar a relação causal atribuindo fins a Deus de modo a responder o porquê, a finalidade, das coisas existirem e serem como são. Entretanto, essa é uma questão mais complexa, que Espinosa desenvolverá na parte III da *Ética*, quando tratará do *conatus*. Para nossos propósitos, recorreremos ao texto de Homero Santiago para elucidar a questão:

“(...) o que subjaz a afirmação do apetite pelo útil com consciência presente em todo homem é a idéia de um esforço de perseveração no seu ser comum a todas as coisas, o *conatus* que é dito a ‘essência atual’ da própria coisa, e sua forma particularmente humana que é o desejo, isto é, o esforço referido à totalidade do homem, seu corpo e sua mente, acrescido da consciência desse mesmo esforço, o qual nos faz tender para as coisas e, por isso, considerá-las úteis.” (SANTIAGO, 2009, p. 178) ²

O *conatus* é o esforço humano em preservar sua existência e o apetite (*appetitum*) pelo útil, os quais são comuns a todos os homens. Este esforço, acrescido da consciência dele, é para Espinosa o desejo, a união de corpo e mente mais a consciência do mesmo esforço (*conatus*) que faz os homens considerarem certas coisas úteis e boas para sua existência. Entretanto, o problema está no fato de que, na maior parte das vezes, os homens ignoram as causas de seus desejos e disso decorrem duas consequências:

“(...) os homens se creem livres, mas nem em sonho pensam nas causas que os dispõem a ter essas vontades e esses apetites, porque

2 Espinosa desenvolve o conceito de *conatus* em E III proposições 6 e 7, estabelecendo as noções de *apetite* e *desejo* no escólio da proposição 9.

as ignoram. Segue-se, em segundo lugar, que os *homens agem*, em tudo, *em função de um fim*, quer dizer, em função da coisa útil que apetecem. (...) buscam, sempre, saber apenas as causas finais, *satisfazendo-se*, (...).” (ESPINOSA, 2009, EI, Ap., *grifos nossos*)

Contra a ideia de livre-arbítrio Espinosa destaca o fato dos homens ignorarem as causas de suas vontades, seus apetites e, disso se segue, agirem em vista de um fim, satisfazendo-se em buscar o que lhes é útil como se fossem livres, não sujeitos a causas externas à sua. Mas, quando não encontram respostas na cadeia de causas,

“(...) só lhes resta o recurso de se *voltarem para si mesmos* e refletirem sobre os fins que habitualmente nos determinam a fazer coisas similares e, assim, necessariamente, acabam por julgar a inclinação alheia pela sua própria.” (ESPINOSA, 2009, p. 42)

Voltando-se para si, passam a julgar a natureza e Deus a partir de suas próprias volições, como se Deus, tal como os homens, agisse em vista de fins. Deste modo, antropomorfizando o mundo, atribuem à natureza, água, árvores, frutos, terra e animais o estatuto de coisas criadas por Deus para o usufruto os homens, que em troca devem prestar-lhe culto e obediência. Deus, dotado de vontades humanas, age em vista de fins como um governante deseja obediência e cultos, beneficiando os pios e castigando os hereges. Neste ponto, o apêndice da parte I da *Ética* nos anuncia a transformação do preconceito finalista em superstição.

“(...) Esse preconceito transformou-se, assim, em *superstição* e criou profundas raízes em suas mentes, fazendo com que cada um dedicasse o máximo de esforço para *compreender e explicar as causas finais de todas as coisas*.” (ESPINOSA, 2009, EI, Ap., *grifos nossos*)

O preconceito finalista transformado em superstição tem consequências ainda maiores para a mente humana, assunto esse que trataremos a seguir.

II. MEDO E SUPERSTIÇÃO

Assumindo uma condição particular, a superstição é um preconceito transformado, que não deixa de ser preconceito. Se, como dissemos inicialmente, o preconceito é uma noção prévia, uma consequência sem premissas, o preconceito finalista se torna superstição na medida em que os homens, não encontrando no mundo respostas para a cadeia de causas, atribuem ao Deus antropomorfizado e sua vontade a causa final.

Nessa linha, a superstição possui uma gênese psicológica, tendo o indivíduo supersticioso duas propriedades: a inconstância e a credulidade. Quando trata da inconstância, Espinosa foca os aspectos passivos do ânimo dos homens, ficando sujeitos aos mais variados afetos e, assim, bloqueada sua potência de pensar, tornam-se insanos. A credulidade, por sua vez, faz com que o indivíduo supersticioso se foque na produção de imagens, confundindo imaginação e razão, ideias inadequadas e adequadas, portanto torna-se delirante (ROCHA, 2008, p. 82.).

A inconstância e a credulidade do supersticioso segundo Espinosa têm uma causa: “O Medo é a causa que origina, conserva e sustenta a superstição.” (ESPINOSA, 2003, p. 6) Entretanto, trata-se de um medo particular, “(...) cuja origem remonta a outras paixões, quais sejam, os amores imoderados da fortuna” (ROCHA, 2008, p. 82.).

Os bens da fortuna que ocorrem na vida são tidos pelos homens como supremo bem e são resumidos em três: as riquezas, as honras e concupiscência. (ESPINOSA, 1983, p. 43) Se nos referimos ao TTP (1670) para falar do medo e agora ao TIE (concluído em 1662) para falar dos bens da fortuna, isto demonstra como os assuntos tratados na Ética são resultados de um longo processo de construção do pensamento de Espinosa. Dito isso, voltemos a nosso assunto. Sabe-se que, desde os greco-romanos, os bens da fortuna são considerados bens supremos, porém são objeto de paixões inconstantes, pois são variáveis e cíclicos, ora se passa por um ciclo de prosperidade ora por um de decadência.

Ora, se a fortuna é inconstante e a experiência cotidiana demonstra “(...) com infinitos exemplos que as coisas cômodas e as incômodas ocorrem igualmente, sem nenhuma distinção” (ESPINOSA, 2009, p. 43), logo, o indivíduo supersticioso, por ser inconstante e crédulo, oscila constantemente, tornando-se insano e delirante, sempre em busca de riquezas, honras e concupiscência, as quais oscilam e bloqueiam sua capacidade de pensar, produzindo imagens que fazem com que ele confunda imaginação e razão.

Os homens, segundo Espinosa, só se deixam dominar pela superstição quando têm medo, pois, ou desejam os bens incertos da fortuna ou desejam não perdê-la e, desse modo, oscilam, “(...) entre esperança e medo (...)” (ESPINOSA, 2003, p.5). Se esta é a causa da superstição, conclui Espinosa:

“(...) primeiro, que todos os homens lhe *estão naturalmente sujeitos* (...); em segundo lugar, que ela deve ser extremamente *variável e inconstante*, como todas as *ilusões da mente* e os acessos de furor; e, por último, que *só a esperança, o ódio, a cólera e a fraude* podem fazer com que subsista, pois *não provém da razão*, mas unicamente

da paixão, e da paixão mais eficiente.” (ESPINOSA, 2003, p. 7, grifos nossos)

Do mesmo modo que, conforme dissemos anteriormente, todos os homens nascem ignorantes das causas, aqui Espinosa afirma que todos os homens são naturalmente sujeitos à superstição e, por isso, se tornam indivíduos variáveis e inconstantes, produzindo imagens e confundindo razão e imaginação, de modo que só lhes reste apegar-se à esperança ou ao ódio, apeteendo (*appetitum*) o que lhes é mais útil. Essa busca, que também é inconstante, da causa final das coisas é uma concatenação em vista das causas das causas, “E assim por diante, não parando de perguntar pelas causas das causas até que, finalmente, recorras ao argumento da vontade de Deus, esse refúgio da ignorância” (ESPINOSA, 2009, p.45).

Os temas e questões levantados, no nosso propósito e entendimento, se esclarecem no momento em que Espinosa se dedica a tratar *Sobre a natureza e a origem da mente* na parte II da *Ética* e é isso que faremos a seguir.

III. SUPERSTIÇÃO — FALSIDADE DA LIBERDADE DA MENTE (CONCLUSÃO)

Segundo Homero Santiago,

“A superstição não é só crenças em fins, em livre-arbítrio, em prêmios e castigos; a sua grande originalidade é a sistematização desses elementos todos, e tudo o mais que daí vai derivar, numa estrutura (*fabrica*) do real. (...) ela ordena o real, segundo os cânones finalistas, em meios e fins; (...)” (SANTIAGO, 2009, pp. 185-186)

Sistematizando a crença em um Deus criador e governante, como causa insondável e originária de todas as coisas em vista do homem, para que este lhe preste cultos, a superstição, enquanto estrutura (*fabrica*) do real, faz com que os homens vivam com medo de perder os bens da fortuna e, por outro lado, na esperança de consegui-los. O sistema supersticioso ao ordenar o real faz do argumento da vontade de Deus o asilo da ignorância, pois confundindo os homens na distinção entre razão e imaginação, torna-os delirantes e insanos, tomando o verdadeiro pelo falso.

Segundo EII, P35, a falsidade, “(...) consiste em privação de conhecimento que as ideias inadequadas, ou seja, mutiladas e confusas envolvem.” Os seres supersticiosos, delirantes e insanos, não distinguem a razão da imaginação, pois, privados de conhecimentos, tomam por verdadeiro o falso através de ideias inadequadas, confusas e mutiladas. Ignorar e errar são coisas diferentes, nos alerta Espinosa na demonstração desta mesma proposição. A falsidade, fruto da privação de conhecimento que as ideias inadequadas envolvem, faz parte do conhecimento de primeiro gênero, a “única causa da falsidade”, segundo EII, P41.

Segundo EII, P40, escólio 2, o conhecimento de primeiro gênero é chamado de opinião ou imaginação, pois,

“(...) é por meio de imagens e de ideias imaginativas que estabelecemos nossa primeira experiência com as coisas e conosco mesmos. Por isso, somos levados a organizar o mundo que nos rodeia e nossa vida articulando ideias imaginativas que parecem explicar o quê, como e por que as coisas são como são e acontecem.” (CHAUI, 2011, p. 153)

Embora a gênese das imagens esteja nas afecções corpóreas, pois uma imagem exprime o estado de nosso corpo e varia com ele, a partir do modo como outros corpos o afetam e ele os afeta e, de acordo com EII, P13, “O objeto da ideia que constitui a mente humana é o corpo (...)” que existe tal como o sentimos, quando se refere apenas à mente, as ideias imaginativas desenvolvidas pelas imagens corporais desconhecem sua gênese e fabricam outra, como que nascida sem relação com a primeira, e essa separação entre imagens corporais e ideias imaginativas produz relações confusas, mutiladas e invertidas entre causa e efeito. (CHAUI, 2011, p. 153-154).

Nem toda imaginação é causa de falsidade, porém, quando uma imagem exprime o estado de nosso corpo, sua ideia na mente não pode ter o conhecimento verdadeiro das coisas exteriores, do próprio corpo e da mente, portanto, tem um conhecimento inadequado ou falso. Assim, relacionando imagens por semelhança, a imaginação, operando por analogias para explicar o que não compreende e na verdade ignora, “(...) inventa uma causalidade nova e inexistente, a causalidade segundo fins, ou causa final.” (CHAUI, 2011, p. 154)

Deste modo, segundo o escólio da proposição 17 da parte II:

“Pois, se a mente, quando imagina coisas inexistentes como se lhes estivessem presentes, soubesse, ao mesmo tempo, que as coisas realmente não existem, ela certamente atribuiria essa potência de imaginar não a um defeito de sua natureza, mas a *uma virtude*, sobretudo *se essa faculdade de imaginar dependesse exclusivamente de sua natureza*, isto é (pela def. 7 da P. 1), *se ela fosse livre*.” (ESPINOSA, 2009, p. 69, *grifos nossos*)

A falsidade, no fundo, não consiste exclusivamente na privação de conhecimento, em ter ideias confusas e mutiladas, mas em achar que

a capacidade da mente em imaginar depende exclusivamente de sua liberdade. Ora, já indicamos que Espinosa deriva a crença no livre-arbítrio dos homens como uma das consequências do preconceito finalista, pois não se preocupam em questionar a causa de suas vontades ou, no caso, a causa de sua imaginação ³.

Agora, o exemplo dado por Espinosa no escólio da P35 da parte II pela qual começamos fica mais claro:

“Os homens enganam-se ao se *julgarem livres*, julgamento a que chegam apenas porque estão conscientes de suas ações, mas ignoram as causas pelas quais são determinados. É por ignorarem as causas de suas ações que os homens têm essa ideia de liberdade.” (ESPINOSA, 2009, p. 77)

A privação de conhecimento dá ao homem um conhecimento parcial das coisas e, deste modo, ele ignora suas causas. A imaginação é uma ideia incompleta e a falsidade deriva do fato dos homens não se preocuparem ou ignorarem o fato da necessidade de completar a carência da imaginação, julgando-se livres por serem conscientes de suas ações.

Se, inicialmente, o preconceito finalista derivou de que, ignorantes das causas, os homens tendem a buscar aquilo que lhes é útil, estando conscientes disso, crentes que são livres nesse desejo em preservar seu ser, aqui vemos o porquê dos homens chegarem a essas conclusões, pois, ao não se preocuparem em conhecer as causas de seus desejos, de

3 De acordo com o corolário 2 da proposição 17 da parte I: “Segue-se, em segundo lugar, que só Deus é causa livre. Pois só Deus existe exclusivamente pela necessidade de sua natureza (pela prop. 11 e pelo corol. 1 da prop. 14) e age exclusivamente pela necessidade de sua natureza (pela prop. prec.). Logo (pela def. 7), só ele é causa livre.”

suas ideias, ou mesmo de sua imaginação, têm apenas ideias parciais das coisas, ideias privadas de conhecimentos, mutiladas e confusas e, deste modo, eles imaginam e julgam-se livres nessa imaginação, sem se preocupar que estas também derivam de causas.

Dissemos também que, privado do conhecimento das coisas, os homens voltam-se para si, a fim de explicar o mundo e mesmo Deus e, assim, lhe atribuem vontades e desejos humanos. Ora, o escólio da proposição 47 da parte II é elucidativo:

Se os homens, entretanto, não têm, de Deus, um conhecimento tão claro quanto o que têm das noções comuns, é porque eles não podem imaginar Deus da mesma maneira que imaginam os corpos, e porque ligam o nome de Deus às imagens das coisas que eles estão acostumados a ver, o que dificilmente podem evitar, por serem continuamente afetados pelos corpos exteriores. E, efetivamente, sem dúvida, a maior parte dos erros consiste apenas em não aplicarmos corretamente os nomes às coisas. (ESPINOSA, 2009, p. 87)

A associação de imagens atribuídas a Deus induz ao erro, pois por não poderem imaginar Deus do mesmo modo que imaginam os corpos, atribuem-lhe uma imagem mais familiar, ou seja, a sua própria imagem, ou seja, Deus se torna um ente governante do mundo, tendo feito as coisas do mundo para o homem, para que este em troca lhe prestasse honras. O erro não está só na privação de conhecimento que têm, mas principalmente por se julgarem livres em suas ações, desejos e imaginação, de modo que se tornam seres supersticiosos, inconstantes e delirantes, na esperança de adquirir os bens da fortuna e no medo de um Deus benevolente e punitivo como os homens.

Entretanto, vale acrescentar uma breve nota final. Embora, como

buscamos demonstrar, o erro esteja no fato dos homens se julgarem livres, para Espinosa é possível adquirir ou chegar à verdadeira liberdade humana seguindo a ordem geométrica e o bom uso da razão, pois não é à toa que a parte V da *Ética* se intitula *A potência do intelecto ou a liberdade humana*. Isto, porém, escapa aos limites deste trabalho.

FINALISM AND SUPERSTITION IN SPINOZA: THE FALSITY OF MIND'S CAUSAL FREEDOM

ABSTRACT: This work aims to investigate how the notion of superstition, presented by Spinoza in the appendix to *Ethics* I, has its genesis in the fact that men judge that their capacity to imagine and to desire is free, and, thereby, they ignore that these capacities have also causes that are independent from the will of a creator God. For this purpose, we will begin our analysis by showing, based on the appendix to *Ethics* I, how the prejudices that hinder the comprehension of God can be reduced to a single one, namely, the finalist prejudice. Afterwards, we will explain Spinoza's thesis of how the finalist prejudice turns into superstition, which has as cause the fear that originates from men's immoderate love of the goods of fortune. Finally, based on some passages of the second part of the *Ethics*, we will evince how these ideas derive from men's mistake in judging that their capacity to imagine is free, being ignorant of the causes that naturally determine them.

KEYWORDS: finalism, superstition, imagination, freedom, desire, cause.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CHAUÍ, M. *Desejo, paixão e ação na ética de Espinosa*. São Paulo, Companhia das Letras, 2011.

ESPINOZA, B. *Ética*. Tradução Tomaz Tadeu, Belo Horizonte, Autêntica, 2009.

_____. *Tratado Teológico-Político*. Tradução, introdução e notas Diogo Pires Aurélio. São Paulo, Martins Fontes, 2003.

_____. *Tratado da Correção do Intelecto*. Os Pensadores, Trad. Carlos Lopes de Mattos, São Paulo, Nova Cultural, 1989.

ROCHA, A (2008). Espinosa e o conceito de superstição. *Cadernos de Ética e Filosofia Política* 12, p. 81-99.

SANTIAGO, H. (2007). O filósofo espinosista precisa criar valores? In: *Tras/Form/Ação*, São Paulo, 30 (1): 127-149.

_____. (2009) Spinoza: superstição e ordem moral do mundo. In: MARTINS, A. (org.). *O Mais Potente dos Afetos, Spinoza e Nietzsche*. São Paulo, Martins Fontes.

Enviado em 23/08/2015. Aceito em 17/11/2015.